



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16789 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
 ISSN: 2595-7945
 GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

O DIREITO DA CRIANÇA À PARTICIPAÇÃO: CONHECENDO AS PRÁTICAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA CIDADE DE SÃO PAULO
 Silvia Santos Gomes - PUC-SP/PPGE História, Política, Sociedade - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
 Ana Paula Ferreira da Silva - PUC-SP/PPGE História, Política, Sociedade - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

O DIREITO DA CRIANÇA À PARTICIPAÇÃO: CONHECENDO AS PRÁTICAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA CIDADE DE SÃO PAULO

A participação das crianças na organização escolar é um direito, alicerçado em uma concepção que considera a infância constituída por sujeitos ativos, não mais destinatários passivos da ação educativa do adulto, além disso, trata-se de um eixo de renovação da escola pública, das suas finalidades e das suas características estruturais. O presente projeto de pesquisa pretende levantar quais as formas que as unidades de educação infantil de uma Diretoria Regional de Educação (DRE) de São Paulo adotam para a garantia do direito das crianças à participação nas discussões sobre decisões importantes da escola por meio da escuta ativa e participativa. Os objetivos específicos são: observar como se dá a participação das crianças nas discussões e decisões pedagógicas; analisar se as unidades de educação infantil pesquisadas favorecem a participação efetiva das crianças; identificar o que a comunidade escolar pensa sobre essa participação infantil; discutir se as práticas encontradas são efetivas e significativas para a participação das crianças.

A DRE selecionada conta com setenta e nove unidades de educação infantil da rede direta, que fazem o atendimento das crianças de zero a cinco anos e onze meses de idade. Será utilizado o método de entrevistas com as crianças e educadores da escola e a análise do Projeto Político Pedagógico. O estudo será ancorado a partir do quadro teórico da Sociologia da Infância e do pensamento do educador brasileiro Paulo Freire. Na perspectiva de Paulo Freire (1967, 1987, 1996) a razão de ser da educação está no diálogo, baseada em uma

relação na qual os saberes dos diversos participantes desse diálogo devem ser considerados na concretização do ato pedagógico, fomentando assim uma educação cidadã, emancipadora, dialógica e para a liberdade, pautada na conscientização crítica dos educandos. O autor propõe a educação problematizadora. Tal prática rompe com os esquemas verticais característicos da educação bancária (FREIRE, 1987), superando justamente por meio da dialogicidade a contradição entre educador e educando.

Nesse caminho democrático a participação das crianças tem ganhado força nas unidades de educação infantil da rede municipal de São Paulo. Um dos exemplos é a formação de colegiados compostos por crianças. Com variados nomes (Conselho Mirim, Assembleia Infantil ou de Crianças, entre outros) tais unidades buscam meios e formas significativas de efetivar a necessária escuta das crianças e garantir seu direito à participação (BRASIL, 1990a; BRASIL 1996). A formação dos colegiados de crianças com escuta das suas necessidades é sinal da capacidade de que as crianças têm de serem titulares de direitos e se configura como um indicador do reconhecimento da sua capacidade de participação. Atores sociais políticos competentes sem deixar de serem crianças, tanto mais competentes quanto forem respeitadas na sua condição geracional (SARMENTO; TOMÁS, 2007). As práticas pedagógicas que consideram o adulto como a referência nos planejamentos e agentes de controle entendem que as crianças estão privadas do exercício de direitos políticos e assim sendo tendem a invisibilizá-las enquanto atores políticos concretos. O controle adulto produz o entendimento de que a criança está naturalmente privada do exercício de direito político (SARMENTO; TOMÁS, 2007).

Como acontece a participação das crianças nas decisões em unidades da rede municipal de São Paulo é a pergunta que a presente pesquisa busca responder. Parte-se da hipótese de que há variadas formas de garantir o direito das crianças à participação, não há uma forma única que possa ser prescrita, tanto no que se refere ao desenvolvimento dos projetos didático pedagógicos como nas decisões relacionadas à gestão escolar.

Para a coleta de dados serão utilizadas entrevistas com as crianças, entrevistas com familiares dessas crianças e com os educadores da escola e leitura dos documentos (Projeto Político Pedagógico; Regimentos Escolar; planejamentos dos educadores).

As entrevistas com crianças, seus familiares e educadores da unidade de educação infantil serão obtidas após a devida autorização dos participantes com a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Será seguido um roteiro orientador para a entrevista, com perguntas abertas e maior possibilidade de diálogo. A análise dos dados provenientes das entrevistas, das observações e da leitura de documentos se dará pela análise de conteúdo, que “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 1977, p. 31).

Palavras-chave: direito à participação; educação infantil; gestão democrática; pedagogia participativa; escuta ativa.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Ministério da Educação. Brasília-DF: MEC, 1990a.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília-DF: MEC, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em 12 mar. 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo-SP: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1987

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25ª Edição. São Paulo-SP: Paz e Terra, 1996. LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo-SP: Cortez Editora. 2006.

SARMENTO, Manuel Jacinto; FERNANDES, Natália; TOMÁS, Catarina. Políticas públicas e participação infantil. **Educação, Sociedade e Cultura**. Porto, Portugal, n.27, 2007.